



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE- CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT
PROMOVENTE: JOSÉ NEVES DA COSTA
PROMOVIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JOSÉ NEVES DA COSTA, brasileiro, casado, motorista inscrito no RG sob o nº 2008988900-7 SSP/CE e do CPF nº 308.182.653-53, residente e domiciliado na Rua Antonio Lobo de Menezes, nº 104, Bairro José Geraldo da Cruz, Juazeiro do Norte/CE, CEP 63033-160, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados devidamente qualificado no instrumento procuratório anexo, com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com arrimo na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua da Assembléia, nº: 100, 16º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20011 – 000, pelos razões de fato e direito a seguir delineadas:



1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC¹).

1.2 - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Inicialmente, com apoio nas disposições dos artigos 98² e 99³ do Código de Processo Civil, pede-se os benefícios da Gratuidade da Justiça, por declarar-se pobre na forma da lei, não podendo destarte arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e dos seus.

1.3 – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

Atendendo ao disposto no artigo 319, inciso VII do CPC⁴, o Requerente **informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação.**

¹ “Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial. § 2º Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.”

² “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1º A gratuidade da justiça compreende: I - as taxas ou as custas judiciais;”

³ “Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [...] § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

⁴ “Art. 319. A petição inicial indicará: VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.”



1.4 - DO PRAZO PRESCRICIONAL:

A fim de evitar qualquer imbróglio, a parte autora vem afastar qualquer alegação de prescrição da ação que possa ser apresentada pela parte promovida.

De acordo com o Enunciado Sumular nº 405 do Superior Tribunal de Justiça “*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*”, cujo termo inicial, em regra, é a ciência da incapacidade, conforme Súmula 278 do STJ⁵.

Entrementes, ocorrendo pagamento parcial ainda em via administrativa, é entendimento uníssono nos tribunais pátrios que o prazo prescricional é interrompido, iniciando-se a contagem de um novo prazo trienal a partir de tal momento. Vejamos Acórdão Repetitivo prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça.

RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. SÚMULA Nº 405/STJ. TERMO INICIAL. PAGAMENTO PARCIAL. 1. A pretensão de cobrança e a pretensão a diferenças de valores do seguro obrigatório (DPVAT) prescrevem em três anos, sendo o termo inicial, no último caso, o pagamento administrativo considerado a menor. 2. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução/STJ nº 8/2008.⁶

Portanto, resta evidente que, *in casu*, não houve prescrição quanto ao direito do requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a três anos.

⁵ Súmula 278 STJ. “*O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.*”

⁶ STJ - REsp 1418347 / MG – 2ª Seção – Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva – j. 08.04.2015



2 - DOS FATOS:

2.1 - DO ACIDENTE:

Em 15 de novembro de 2017, o promovente foi vitimado por um acidente automobilístico por volta das 08h00min na cidade de Crato/CE, sendo em razão disso lavrado **Boletim de Ocorrência nº 446-921/2018**, cuja cópia segue acostada à documentação.

O autor pilotava uma motocicleta modelo Honda/CG 125 FAN KS de placa OCP9492, quando algum outro veículo, que não conseguiu identificar, colidiu com a parte traseira da sua motocicleta, arremessando-o ao solo o que lhe causou lesões graves.

2.2 – DAS SEQUELAS DO ACIDENTE:

O paciente foi socorrido por populares e levado para o Hospital São Francisco de Assis em Crato/CE, sendo, posteriormente, transferido ao Hospital São Vicente de Barbalha/CE, onde foi constatado que sofreu **traumatismo crânio encefálico com hematoma subdural agudo em região fronto parietal direita com contusão hemorrágica, além de lesão no membro superior direito com tendinite supra espinhal**.

O autor passou a apresentar episódios de **amnésia, tontura, cefaleia e dificuldades para movimentar o membro superior direito** devido à **limitação do manguito rotador e da diminuição da força**, sendo necessária a realização de sessões de fisioterapia.



Ora, Excelência, mesmo após o término do tratamento o promovente ainda apresenta limitação de movimentação e dores na região atingida, de modo que, tornou-se **incapaz para trabalhar com o membro lesionado e também causou a limitação dos movimentos do membro superior direito.**

Pois bem, como se vê, Excelência, o postulante não possuía defeito físico ou doença pré-existente, contudo, como consequência do acidente mencionado lhe sobrevieram amargas sequelas, notadamente marcadas por **limitação dos movimentos do membro fraturado e déficit cognitivo leve, prejudicando o desempenhar de suas atividades quotidianas.**

2.3 – DO SEGURO:

Contudo, apesar da lesão em decorrência de acidente envolvendo veículo automotor, o Requerente não teve outorgado quantia à título extrajudicial.

Todavia, o suplicante ciente dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74⁷, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em razão do valor que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento de indenização securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

⁷ “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”



À vítima de acidente de veículo automotor aplica-se a Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), conforme disposto no Art. 3º, II.⁷

Portanto, o Requerente possui direito à receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de **até** R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Saliente-se que, a **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficientes para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, independentemente de culpa (art. 5º da Lei 6194/74), se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
 APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA
 CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg:
 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N.
 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. [...]A
 indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante
 simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a
 seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face
 da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

2.4 – DA NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA À SOLUÇÃO DA LIDE:

A realização de perícia judicial é indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT, haja vista que somente o laudo do *expert* é capaz de delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.



Desta feita, de pronto, requer a parte demandante a **designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação**, para que, em tal oportunidade, seja devidamente constatada a proporção de incapacidade ocasionada pelo incidente, de modo que, sejam satisfeitos os critérios necessários ao arbitramento proporcional do seguro ora pleiteado, conforme expressa dicção legal artigos 464, *caput*⁸ e 465, *caput*⁹, ambos do CPC.

Corroborando a necessidade de realização de perícia no caso em tablado temos recentíssimo acórdão prolatado pela Egrégia Corte Julgadora do Estado do Ceará:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO INTERTEMPORAL. SENTENÇA E RECURSO ALINHADOS ÀS DISPOSIÇÕES DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DO ART. 14 DO CPC/15. seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO CONHECIDO. SENTENÇA CASSADA EX OFFICIO. Ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT na qual o autor/apelante alega que a indenização recebida na via administrativa foi aquém do que está previsto para a sua incapacidade. Documentos carreados aos autos não permitem avaliação do dano sofrido pelo recorrente. **Imprescindível a realização de perícia para que o laudo avalie com precisão a secura que atinge o recorrente.** 4. Recurso conhecido. Sentença anulada exofficio.¹⁰ (Grifo nosso)

3 - DO DIREITO:

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
 I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
 II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
 III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

⁸ “Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.”

⁹ “Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.”

¹⁰ TJCE - AC 0140269-93.2013.8.06.0001 – 4ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Maria Gladys Lima Vieira - j. 06.11.2018



Desse modo, tem-se que a necessidade de pagamento de indenização securitária está pautada em uma proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Os documentos carreados a esta peça vestibular provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte suplicante ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Portanto, demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e os documentos médicos anexos, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha, mas é verdadeiro instrumento de auxílio em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária. Ora, é justamente esta a finalidade do seguro: amenizar os danos acarretados pela ocorrência de sinistro!

O Seguro Obrigatório DPVAT, por seu turno, visa amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despender; que, em um caso de invalidez permanente, nunca cessação.



Posto isto, é de louvável apreciação, Douto Julgador, a completa observância do direito da parte demandante a receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Portanto, o promovente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, haja vista a perda da função do membro, devendo ser reduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

DIREITO PROCESSUAL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. REJEIÇÃO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NAS CORTES SUPERIORES. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ SUPORTADA E O ACIDENTE DE TRANSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA CORROBORADO PELOS ELEMENTOS DE PROVAS COLIGIDOS. LAUDO PERICIAL JUDICIAL QUE ATESTOU A INCAPACIDADE PARCIAL E DEFINITIVA NO "MEMBRO SUPERIOR DIREITO, DE NATUREZA MÉDIA. COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INALTERADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela seguradora ré não merece maiores digressões, isso porque a matéria em discussão se encontra por demais pacificada nas Cortes Superiores, no sentido de que o art. 7º, da Lei nº. 6.194/74 (com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92) autoriza de maneira expressa o pagamento da indenização decorrente de acidente causado por veículo automotor de via terrestre por qualquer seguradora que integre o consórcio objeto do mencionado diploma legal. 2. No boletim de ocorrência (fl. 15) consta que a recorrida sofreu acidente automobilístico, que lhe resultou "fratura na clavícula direita", o que foi corroborado pelo laudo técnico de justificativa de internação (fl. 19), registro de atendimento emergencial (fls. 35/36) e laudo de especialista em traumatologia/ortopedia (fl.37). Outrossim, o laudo pericial judicial realizado (fls. 142/143) confirmou as lesões sofridas pela autora, inclusive, correlacionado o percentual ao dano alegado. 3. Demais disso, não havendo a seguradora ré comprovado a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, entendo que restou evidenciado que o autor foi vítima de acidente de trânsito que lhe resultou perda parcial e permanente no membro superior direito, de intensidade média, no percentual de 50%, estando, portanto, caracterizado o nexo de causalidade. 4. Registre-se, por oportuno, que a recorrente pagou administrativamente a indenização questionada, ainda que parcial, o que evidencia que a própria seguradora reconheceu a presença do nexo de causalidade entre o sinistro e as lesões suportadas pela autora. Destarte, resta configurado o *venite contra factum proprium* a alegação da apelante de ausência de nexo causal, o que não é admitido pela jurisprudência pátria. 5. Com efeito, faz jus o recorrido ao recebimento de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte cinco reais), deduzindo a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), recebida na via administrativa (fl. 38), totalizando o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), como consignado na sentença recorrida. 6. Sentença mantida. 8. Apelação Cível parcialmente conhecida e desprovida.¹¹

¹¹TJCE – AC 0883690-58.2014.8.06.0001 – 2ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Francisco Gomes de Moura – j. 07.11.2018



5– DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial. (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;



- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa(art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Barbalha-CE, 26 de julho de 2019

THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA
OAB/CE 20.787

ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA
OAB/CE 23.502

RIVÂNIA ALVES SANTOS
OAB/CE 39.114

JOSÉ RENATO NASCIMENTO MAMEDE
ESTAGIÁRIO DE DIREITO



ACTUS

Advogados Associados

“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

OUTORGANTE: José Neves da Costa, brasileiro, casado, matronista, inscrito no RG sob o nº 2008988900-7 SSP/CE e do CPF número 308.182.653-53, residente e domiciliado na Rua Antônio Lobo de Menezes, número 104, Bairro José Geraldo da Cruz, Juazeiro do Norte/CE CEP 63033-160.

OUTORGADO: THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 20.787 e ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 23.502, ALANA CORREIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 30.218, ANDEISE SILVA FARIAS NOGUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 35.332, ambos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio nº 649, Santo Antônio, Barbalha/CE onde recebe intimações e avisos.

PODERES: O(A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(os/as) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, requerer gratuidade da justiça, enfim, receber e dar quitação de valores depositados em instituições financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARA o outorgante, nos termos da Lei nº 13.105/15, Arts. 98 e 99 de que não possui recursos suficientes para arcar com as despesas do processo em afetar diretamente o seu próprio sustento e de sua família.

Barbalha/CE, 26 de julho de 2019

José Neves da Costa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Polegar Direito



2051 N 1195 C957a

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2008988900 - 7

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/12/2014

SEXO

JOSÉ NEVES DA COSTA

FILIAÇÃO

ANTONIO EUCLIDES DA COSTA

MARIA NEVES DA COSTA

NATURALIDADE

JUAZEIRO DO NORTE - CE

DATA DE NASCIMENTO

29/09/1967

ORIGEM

CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: MARROCOS TERMO: 9660 FOLHA: 159

LIVRO: B-24 JUAZEIRO DO NORTE - CE

CPF: 308.182.653-53

RG: ANT: 1035981-86

P.: 199

1 VIA

LEI Nº 7.115 DE 20/05/04

(CPF: 308.182.653.53)

2314621

Para utilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará
Rua Pedro Velho, 150
CEP 0135 040 | Fortaleza-CE
CNPJ 07047251/0001-70 | GGF 00.105.548-3

573356263

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

Rota 05 13000 07 135600 - 3 Data de Emissão 09/05/2019

Nome CICERA DAS DORES FEITOSA SILVA

End. Postal RU ANTONIO LOBO DE MENEZES 00104
JOSE GERALDO DA CRUZ - JUAZEIRO DO NORTE - 63033160

Medidor 10083625 Poste 0000 0000

Classe B1 - 01-RESIDENCIAL 07-BX. RENDA MONOFÁSICO

RG/CPF/CNPJ 957532733-00 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Mai/2019	09/05/2019	10/06/2019

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda em nosso site.

Conjunto Mar/2019 EUSD 13,55

Mês DICRI= 0,00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

1ABE.8184.4C7F.E1DF.B5F9.735C.347C.EA73

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fet.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 18261	18175	1,00	86	0,00	30 56	0,18119 0,31863	5,43 17,48
09/05/19	08/04/19		31 DIAS		86		22,83

DESCRIÇÃO

	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	22,83
MULTA MORATORIA REF 04/2019	0,43
JUROS DO MES	0,28
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,98
SEGURO RESIDENCIAL 3 + 1- 0800 600 0560	5,19
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA MES (R\$ 0,13)	

VENCIMENTO 16/05/2019

TOTAL A PAGAR (R\$) 29,71

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	12,13
Transmissão	0,96
Distribuição	2,12
Encargos Setoriais	1,61
Tributas (ICMS PIS/COFINS)...	1,99
TOTAL	23,81

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

91	86	84	110	96	92	104	102	84	98	84	83	80
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep

Consumo consciente - Emissão de CO₂ (kg/kWh)

DELEGACIA REGIONAL DE CRATO

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

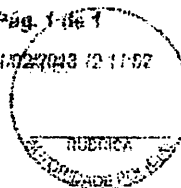
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE CRATO

Pag. 1 de 1

Impresso em 01/02/2018 12:11:07

**BOLETIM DE Ocorrência N° 446 - 921 / 2018****Dados da Ocorrência**Natureza do Fato: **LESAO CORPORAL CULPOSA - TRANSITO**Data / Hora da Comunicação: **01/02/2018 12:14:57**Data / Hora da Ocorrência: **15/11/2017 08:00:00**Endereço da Ocorrência: **SITIO PALMEIRINHA**

Complemento:

Bairro:

Município: **CRATO/CE**Ponto de Referência: **DESVIO****Dados da(s) Vitima(s)**Nome: **JOSE NEVES DA COSTA**Nascimento: **19/09/1967** CPF: **308.182.653-53**CNH: **02147742935**Orgão Emissor: **DETRAN**

UF:

Filiação: **MARIA NEVES DA COSTA****ANTONIO EUCLIDES DA COSTA**Endereço: **RUA ANTONIO LOBO DE MENEZES, 104**Bairro: **JOSÉ GERALDO DA CRUZ**Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**

CEP:

País: **BRASIL**

Telefone:

Dados do(s) Veículo(s)1) Placa: **OCP9492** Uf: **CE** Município: **FARIAS BRITO** Chassi:**9C2JC4110BR712530** Renavam: **324425406** Tipo do Veículo:**MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/CG 125 FAN KS** AnoFabricação: **2011** Ano Modelo: **2011** Combustível: **GASOLINA** Cor:**VERMELHA** Proprietário: **JOSE NEVES DA COSTA** Situação: **NÃO****INFORMADO** Envolvimento: **COLISAO****Histórico**

ADVERTIDO(A) DAS PENALIDADES PREVISTAS PARA OS CRIMES DE FALSO TESTEMUNHO, DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA E COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME/CONTRAVENÇÃO DISSE QUE: NA DATA ACIMA MENCIONADA FOI VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO; QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA DE CARACTERÍSTICAS ACIMA MENCIONADAS QUANDO COLIDIRAM NA TRASEIRA DA SUA MOTO, SENDO ARREMESSADO AO SOLO, DESMAINDO NO LOCAL; QUE NÃO SABE INFORMAR QUEM CAUSOU O ACIDENTE; QUE FOI SOCORRIDO POR POPULARES E ENCAMINHADO AO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM CRATO, SENDO POSTERIORMENTE, TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL SANTO ANTONIO EM BARBALHA-CE, SOFRENDO AS LESÕES DESCRITAS NOS LAUDOS MÉDICOS, PRONTUÁRIOS ANEXOS; ROL DE TESTEMUNHAS EM ANEXO; QUE É HABILITADO E REGISTRA O PRESENTE PARA FINS DE SEGURO DPVAT. E NADA MAIS DISSE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CRATO

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

ANA LUIZA COELHO - MAT.: 300214-1-X

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Jose Neves Costa



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE CRATO



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 446 - 921 / 2018

VISTO DO DELEGADO(A) :

LEVI GONÇALVES LEAL - MAT.: 132616-1-M

SINISTRO 3190400886 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE NEVES DA COSTA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi

Seguradora S/A-Filial Fortaleza-CE

BENEFICIÁRIO JOSE NEVES DA COSTA

CPF/CNPJ: 30818265353

Posição em 15-07-2019 18:32:17

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Guia de atendimento - PRONTO SOCORRO ADULTO

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 272478
Atendimento 0002
Nome do Paciente JOSE NEVES DA COSTA
Documento(s)
Identidade: 20089889007
Data de Nascimento 29/09/1967
Local JUAZEIRO DO NORTE/CE

CNS 162195292790007
Estado Civil Solteiro(a)
Sexo
Idade 50 Ano(s)

Paciente ANTONIO EUCLIDES DA COSTA
Endereço RUA JOCELI PINHEIRO, 118
Bairro RECREIO
CEP 63100-000
Município CRATO
Profissão
Empresa
Mãe MARIA NEVES DA COSTA
Cônjuge

UF CE
Telefone 88 96175775

Responsável MESMO
CPF do Responsável
Endereço RUA JOCELI PINHEIRO, 118
Município CRATO

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 15/11/2017
Hora 08:13
Convênio SUS
Matrícula CPF-30818265353
CID
Profissional do Atendimento JULIANA PONCIANO LEITE DE OLIVEIRA
CRM/UF 16318/CE
Tipo Atendimento CONSULTA DE URGENCIA
Indicador de Acidente
Funcionário
JULIANA PONCIANO LEITE DE OLIVEIRA

Observação
Sinais Vitais
Data/Hora Liberação 15/11/2017 08:48
Tipo de Saída Alta
Altura (cm)
T (°C)
P (bpm)
R (rpm)
PA (mmHg)

Classificação de Risco

Classificação de Risco: LARANJA Data e Hora: 15/11/2017 08:22

Responsável pela Classificação: GILVANDA MACHADO DE

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

15/11/2017 08:48:50h Responsável: JULIANA PONCIANO LEITE DE OLIVEIRA CRM-CE 16318

Paciente, VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, COM QUADRO DE ESCORIAÇÕES POR TODO, DOR EM ESCÁPULA A DIREITA.

APRESENTA EQUIMOSE EM OLHO DIREITO

RELATA QUE FAZIA USO DE CAPACETE, QUEIXA-SE DE TONTURA, NEGA VÔMITOS, RELATA QUE NÃO PERDEU A CONSCIÊNCIA, PORÉM NÃO LEMBRA COMO FOI O OCORRIDO

CONSCIENTE, DESORIENTADO EM TEMPO E ESPAÇO, SEM DÉFICITS FOCAIS OU DIFUSOS, DOR A MOVIMENTAÇÃO DE MSD

CD
1) TC DE CRÂNIO - HOSPITAL SANTO ANTONIO

JULIANA PONCIANO LEITE DE OLIVEIRA - CRM: 16318

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: O MESMO

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO FRANCISCO DE ASSISDr. JOSE FRANCIMARIO
BEZERRA DO NA
Diretor Técnico-Médico
CRM-CE. 6728

Período: 15/11/2017 09:00:10 à 15/11/2017 11:32:43

Dados Clínicos - Enfermagem

Prontuário

272478/0002

JOSE NEVES DA COSTA

Data do Nascimento

Idade

Nome da Mãe

09/09/1967

50 Ano(s)

MARIA NEVES DA COSTA

Data Atendimento

Aposento

Quarto/Leito

15/11/2017

Profissional Responsável

CRM

16318

JULIANA PONCIANO LEITE DE OLIVEIRA

Setor

PRONTO SOCORRO ADULTO

Especialidade

MEDICA

ENFERMAGEM

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM - 15/11/2017 09:01:38

CLIENTE DEU ENTRADA NESTA UNIDADE, CHEGOU AO SETOR DE CADEIRA DE RODAS, VITIMA DE QUEDA DE MOTO, CONSCIENTE, DESORIENTADO, NO MOMENTO APRESENTANDO ESCORIAÇÕES NO CORPO, EQUIMOSE EM OLHO DIREITO, QUEIXANDO DO DOR DE PEITO, TONTURAS, SIC NÃO SE LEMBRA DO OCORRIDO, FOI AVALIADO PELA DRA. JULIANA E SEGUE EM AVALIAÇÃO AGUARDANDO TRANSFERENCIA PARA O HSA EM BARBALHA.

RESPONSÁVEL: TE: LINDON AUGUSTO RODRIGUES - COREN-CE 334565

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM - 15/11/2017 11:30:43

EM TEMPO CLIENTE FOI TRANSFERIDO EM AMBULANCIA DO MUNICIPIO PARA O HSA. SAIU ACOMPANHADO PELA TÉCNICA DE ENFERMAGEM ANA VERA.

RESPONSÁVEL: TE: LINDON AUGUSTO RODRIGUES - COREN-CE 334565

SINAIS VITAIS - 15/11/2017 09:00:10

PULSO: 80 BPM

TEMPERATURA: 36,0 °C

RESPIRAÇÃO: 20 IRM

PRESSÃO SISTÓLICA: 130 mmHg

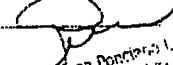
PRESSÃO DIASTÓLICA: 80 mmHg

RESPONSÁVEL: TE: LINDON AUGUSTO RODRIGUES - COREN-CE 334565

2. HISTÓRIA DO QUADRO CLÍNICO:

Paciente, vítima de acidente de trânsito, apresentando com quadro de hemorragia no olho direito, mas sem dor no olho afetado, queimação na conjuntiva do olho afetado em tempo e espaço.

TC de crânio.


Dra. Mariana Domingos I. G.S. Vilela
CREMEC 165115

UNISUS: 32830020219

15/11 11.11

Emenda



SÃO CAMILO

TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES PARA UNIDADES INTERNAS OU EXTERNAS

NOME: PR. M. de Souza
 PRONTUÁRIO: _____ LEITO: _____ DATA DA INTERNAÇÃO: ____/____/____
 MÉDICO: _____ CONVÊNIO: _____

UNIDADE DE ORIGEM:

HMSFW

UNIDADE DE DESTINO:

HSW

DATA DA TRANSFERÊNCIA: 15 / 11 / 17

HORA: 08 h 44 min

SINAIS VITAIS: PA: _____ mmHg FR: 18 ipm T: 36 °C FC: 80 bpm

Alarg. (rs)? ☒ NÃO ☐ SIM Qual?

Suporte de O₂? ☒ NÃO ☐ SIM Qual?

Lesões Vasculares? ☒ NÃO ☐ SIM Qual?

Sondas? ☒ NÃO ☐ SIM Qual?

Plomby? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Ostomias? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Lesão de Pele? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Outros Dispositivos? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Curativos? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Enlaxamento? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Famíliares Cientes? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva:

Médico Assistente Informado? ☒ NÃO ☐ SIM Qual o nome do Médico:

Outros Pendentes? ☒ NÃO ☐ SIM Descreva: 72 de idade

Recomendações:

INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS PARA:

NOME:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Dra. Juliana Romão L. S. A. S.
 Médica
 Clínica Geral

NOME/CARIMBO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ASSISTENCIA MÉDICA ESPECIALIZADA

Nome: JOSE NEVES DA COSTA

DATA: 02/01/2018

Médico (a): Dr. Edmilson Martins de Lima Junior

Exame: USG OMBRO DIREITO

Convênio: SUS

Os seguintes aspectos foram observados:

Pele e subcutâneo : Morfologia e ecotextura preservada

Músculo deltóide: Morfologia e ecotextura preservada

Bursa subdeltóide: Preservada

Tendão do supra-espinhal: heterogêneo com calcificações em sua zona crítica.

Tendão subescapular: Morfologia e ecotextura preservada

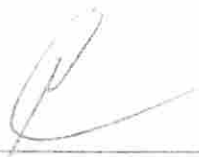
Tendão do infra-espinhoso: Morfologia e ecotextura preservada

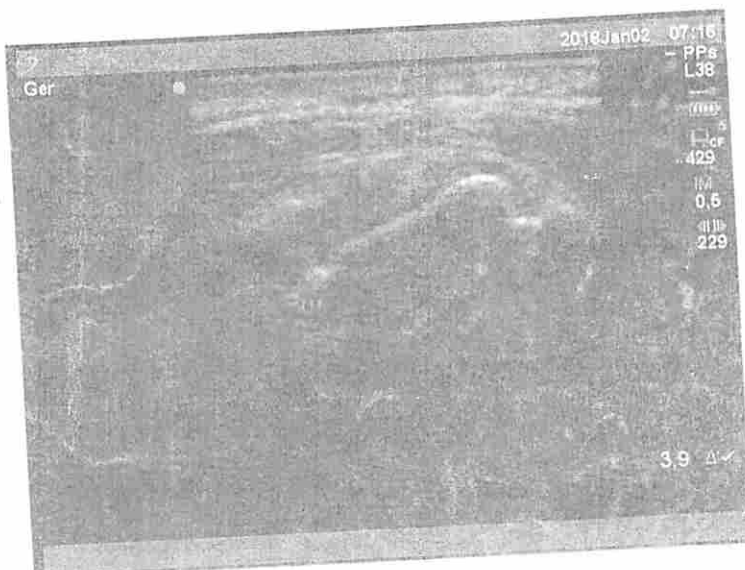
Tendão do cabo longo do biceps: Morfologia e ecotextura preservada

Superfície articular: Irregular

CONCLUSÃO:

Tendinopatia do supra espinhal.


Dr. Edmilson Martins de Lima Junior
Especialista em Ultrassonografia
Membro Titular do CBR/SBUS
CRM 10062



FICHA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Visite nosso site: www.focs.com.br
AIH UNISUSWEB : 0231747004758911 Emissão: 15/11/2017 12:20

Paciente: JOSE NEVES DA COSTA Idade: 50a 1m 17d Sexo:M
Data Nasc: 29/09/1967 CPF: 308.182.653-53 RG: 20089+889007 Est.Civil: CASADO
Filiação - Mãe:MARIA NEVES DA COSTA Pai:ANTONIO EUCLIDES DA COSTA

Endereço: RUA LAVRAS DA MANGABEIRA 282 Bairro: SEMINARIO
Município: CRATO UF: CE CEP: 63103120
Telefone: 88996040300 Profissão: MOTORISTA Cor: PARDO
Natural.: JUAZEIRO DO NORTE ,CE Religião: NAO INFORMADO Atend:ANDERSON
Conv.: SUS INTERNADOS Matricula/CNS: 700003272481707 Titular:

Responsável.:

CPF:

Médico.: JOAO ANANIAS MACHADO FILHO
Clínica.: INTERN. CLINICA
Setor.: POSTO 1 -HMSA
Relat.: 02 URGENCIA

Prontuário: 143904
Data/Hora.: 15/11/2017 12:19
Qto/Leito.: 107-07
Tipo Acom.: ENFERMARIA

RESUMO DE TRATAMENTO

MOTIVO DO ATENDIMENTO:

HDA: TCE, queda de motorcycle (su) e alcool, sem consciência.
Para de consciência. Vento.

ANTECEDENTES PESSOAIS

HAS () DM () AVC () ALERGIA A DROGAS ()

INTERNAMENTOS PRÉVIOS:

EXAME FÍSICO:

SINAIS VITAIS:

PA = FP = FR = TA =

ACV:

AR.:

APÓVE:

NEUROLÓGICO: ECG B. Espasmo. Sem sinal focal

ECG: AO = RV = RM =

PUPLOS:

DIAGNÓSTICO

CONDUTA:

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: TCE: Hematoma subdural esquerdo / Fract. crânio

ALTA:

TRANSF. P/ LEITO ENF/APTO

TRASNF. P/ MÉDICO:

CONDIÇÕES DE ALTA:

LTA EM: 22/11/17
13.14 acinau tempo.

Danieli Feitoza Costa

PACIENTE / RESPONSÁVEL

MÉDICO(a): 005211

JOAO ANANIAS MACHADO FILHO

REALIZADO CLASSIFICAÇÃO SANGÜINEA

15/11/17

MEDWHA
Técnico

mpressor por: ANDERSON 15/11/2017 12:20



**Hospital
Santo Antônio**
Uma nova vida começa aqui

AV. PAULO MAURICIO S/N - VILA SANTO ANTONIO
FONE 88 35327700 www.focs.med.br BARBALHA-CE

fls. 25

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

DATA/HORA: 22/11/2017 08:06 ATENDIMENTO: 414691 PRONT.: 143904
CONV.....: SUS INTERNADOS 107-02 POSTO I -HMSA
PACIENTE.: JOSE NEVES DA COSTA

=====

EVOLUÇÃO: 22/11/17 08:06

CLIENTE EVOLUI CALMO, CONSCIENTE, CORADO, HIDRATADO, EUPNEICO, AFEBRIL. ACEITA DIETA, DIURESE PRESENTE. TEVE VISITA DO CLINICO. MEDICADO, SOB AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

MARIA VIRLANIA T. CRUZ
COREN-CE618022

*Paciente acinrou bem e saiu
sem alta médica*

Cicella Sousa dos Santos
Téc de Enfermagem
Nº COREM-867.413

107 - 4

NOME: JOSE NEVES DA COSTA

DATA: 15/11/2017

IDADE: 50

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

TÉCNICA

Exame realizado em equipamento tomográfico multislices, com aquisição axial e reformatações multiplanares, sem a infusão venosa de meio de contraste.

ACHADOS

Fratura linear no teto da órbita direita.

Hematoma na região fronto-orbitária direita.

Hematoma subdural agudo a região frontoparietal direita, com espessura de 5 mm.

Focos de hiperdensidade com halo de edema nos giros frontais superior e médio esquerdo, sugestivos de contusão hemorrágica.

Restante do parênquima encefálico apresenta coeficiente de atenuação usual e boa diferenciação das substâncias branca e cinzenta.

O sistema ventricular é de forma e dimensões normais.

Não há desvio das estruturas da linha média.

Tronco cerebral e cerebelo de forma e coeficiente de atenuação normais.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

- Fratura linear no teto da órbita direita.
- Hematoma subdural agudo a região frontoparietal direita.
- Focos de hiperdensidade com halo de edema nos giros frontais superior e médio esquerdo, sugestivos de contusão hemorrágica.
- Hematoma na região fronto-orbitária direita.


DR. RAPHAEL JUSTO CAVALCANTE
MÉDICO RADIOLOGISTA
MEMBRO DO COLÉGIO BRASILEIRO DE
RADIOLOGIA
CRM CE-13085

*Prezado médico assistente, colocamos-nos à disposição para discussão do caso.
Os exames devem ser conservados para eventuais análises comparativas futuras.*



CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
Av. Paulo Mauricio S/N - Vila Santo Antonio
Fone: (88) 3532-1082 / 3532-1630 - Barbalha - CE

NOME: Jose Neves da Costa

DATA: 16/11/17

CONVÊNIO: apac

História: Paciente vitima de TCE.

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO

Detalhes Técnicos: Os cortes tomográficos computadorizados foram obtidos em série única sem a infusão endovenosa de contraste iodado, com cortes de 3 x 5 mm na fossa posterior.

Relatório:

Contusão hemorrágica cortical temporal esquerda adjacente de edema perilesional. Hemorragia subdural aguda, medindo cerca de 0,9 cm na sua maior espessura axial, de localização parieto-temporal à direita adjacente a traço de fratura.

Região dos núcleos da base sem alterações expressivas.

Ventrículos laterais, 3º e 4º ventrículos de forma, topografia e dimensões normais.

Sulcos da convexidade, cissuras e cisternas da base de aspecto anatômico.

Tronco cerebral e hemisférios cerebelares com aspecto normal.

CARIZIA SAMPAIO SARAIVA
MÉDICA RADIOLOGISTA
CRM-CE 10013

**Prefeitura Municipal De Juazeiro Do Norte**

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
SUS/CE
JUAZEIRO DO NORTE - CE

RECEITUÁRIO

Do Ortopedista

Encaminhado Jose Neres da Costa 50 anos,
com história de acidente automobilístico há
7 meses, sendo internado no H Soneto Antonio
(TCB). Em janeiro, em sua residência após
tratamento apresentou redução da amplitude
de movimento global de MSD, principalmente
em punho direito. Rx antebraço e punho direito e
fêmur e joelho esquerdo: Normal sem alterações.
Não consegue realizar AVD's com uso MSD pela
dor e força muscular. Necessita de avaliação espe-
cializada.

26.06.18
Dra. Mariana Carneal
MÉDICA
CREMEC 18.689

FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA

DATA/HORA: 15/11/2017 12:29 ATENDIMENTO.: 414690
PACIENTE: 143904 JOSE NEVES DA COSTA
UNIDADE.: PA HMSA LEITO.: CONVÊNIO : SUS AMBULATORIAL

EVOLUÇÃO:

ADMISSÃO

HD: TCE

HDA: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM PERDA TEMPORÁRIA DE
CONSCIENCIA, SEGUIDA DE VÔMITOS, SONOLÊNCIA E HEMATOMA PERIORBITÁRIO DIREITO.

APP:

AO EXAME:

- GERAL: BEG, CORADO, HIDRATADO, AAA
- NEURO: LOTE, GLASGOW 12, PIFR, SEM DEFICITS MOTORES
- ACV: RCR 2T BNF SS
- AR: MVF SEM RA
- ABD: FLÁCIDO, INDOLOR, SEM VMG.

CD: INTERNAMENTO

SOLICITO TC DE CRANIO S/ CONTRASTE
AVALIAÇÃO DA NEUROCIRURGIA

Dr. Antonio Marcos Moreira S. Filho
MÉDICO
CRM - 3750
CPF - 092.899.563-49

ANTONIO MARCOS MOREIRA DA SILVA FILHO
CRM: 3750-CE

ECG 13 EXAMINADO. Sem sinal focal
TC: HSD hemorrágica bilateral + Fratura da coluna
CETO consumida. Sem indicação de intervenção
neurocirúrgica

[Assinatura]

Jose Anselmo Machado Filho
CRM - 8211
CPF - 219.470.153-20
Neurocirurgião



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente José Neves Costa, está em tratamento fisioterápico nesta instituição devido Tendinopatia do Supra Espinhal após acidente de moto.

Corpore - Clínica de
Reabilitação Integrada
21010783

Viviane Coelho

Viviane Coelho

Crefito-151221 -F

Juazeiro do Norte – Ce, 02 de Fevereiro – 2018.



**Hospital
Santo Antônio**

ATESTADO

Atesto, para os devidos
fins que o Sr.
Ney de Costa
é portador de sequelas
de politraumatismo
por acidente de motocicleta
em 15/11/2017.

apresentando tendinite
do suprapúbico e
parálise leve de
membros inferiores.

L-1-D-12 M75 + S.44
Dr. Antonio Marcos Moreira S. Filho
MÉDICO
CRM-3750
CPF 097.449.1349

140618

Voltando à consulta, trazer esta receita

HSA - REFERÊNCIA EM NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA - 24 HORAS

TRATAMENTOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS

- CIRURGIA GERAL
- OBSTETRÍCIA
- VASCULAR
- CIRURGIAS PLÁSTICAS
- ALERGOLOGIA

EXAMES

- RESSONÂNCIA
- RAIO-X
- ELETROENCEFALOGRAMA
COMPUTADORIZADO

HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Av. Paulo Maurício S/N - Fone: (88) 3532-7700



Hospital
Santo Antônio

ATESTADO

Atesto, para os devidos
fins que o Sr.
Ney de Costa
é portador de sequelas
de politraumatismo
por acidente de motocicleta
em 15/11/2017.

apresentando tendinite
do suprapúbico e
prolapse do
nervo mediano

L-1-D-12 M75 + S.44

140618

Voltando à consulta, trazer esta receita

HSA - REFERÊNCIA EM NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA - 24 HORAS

TRATAMENTOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS

- CIRURGIA GERAL
- OBSTETRÍCIA
- VASCULAR
- CIRURGIAS PLÁSTICAS
- ALERGOLOGIA

EXAMES

- RESSONÂNCIA
- RAIO-X
- ELETROENCEFALOGRAMA
COMPUTADORIZADO

HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Av. Paulo Maurício S/N - Fone: (88) 3532-7700

RECEITUÁRIO

η ΕΛΑΤΟΜΟ ΜΙΝΟ

Pacientes 20 e 21 de 2014, com
João, uma de TCE e
Tina em outro dia. com
9 meses de idade. com dor
em membro superior direito. e
com perda de força, uso do ombro
(02/01/18) TENDINOPATIA DO SUPRA-ESPA-
LHAMENTO DO MÚSCULO
SEM ALGUNA OUTRA DOENÇA
ESTA INJURIA PARA TRATAR
C/O. M. / M. J.

Dr. Paulo Macêdo

FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA

DATA/HORA: 15/11/2017 12:29 ATENDIMENTO.: 414690

PACIENTE: 143904 JOSE NEVES DA COSTA

UNIDADE.: PA HMSA LEITÓ.: CONVÊNIO : SUS AMBULATORIAL

EVOLUÇÃO:

ADMISSÃO

HD: TCE

HDA: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM PERDA TEMPORÁRIA DE
CONSCIENCIA, SEGUIDA DE VÔMITOS, SONOLÊNCIA E HEMATOMA PERIORBITÁRIO DIREITO.

APP:

AO EXAME:

- GERAL: BEG, CORADO, HIDRATADO, AAA
- NEURO: LOTE, GLASGOW 12, PIFR, SEM DEFICITS MOTORES
- ACV: RCR 2T BNF SS
- AR: MVF SEM RA
- ABD: FLÁCIDO, INDOLOR, SEM VMG.

CD: INTERNAMENTO

SOLICITO TC DE CRANIO S/ CONTRASTE
AVALIAÇÃO DA NEUROCIRURGIA

Dr. Antonio Marcos Moreira S. Filho
MÉDICO
CRM - 3750
CPF - 092.089.663-49

ANTONIO MARCOS MOREIRA DA SILVA FILHO
CRM: 3750-CE

ECG 13. Isovêmico. Sem sinal focal
TC: 450 hemorragia bilateral + Fratura do crânio
Este consumo. Sem indicação de intervenção
neurocirúrgica

[Assinatura]

Jose Antonio Maciel Filho
CRM - 8211
CPF - 218.410.153-20
Neurocirurgia



Prefeitura Municipal De Juazeiro Do Norte

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
SUS/CE
JUAZEIRO DO NORTE - CE

RECEITUÁRIO

M Jose Neves Costa

Ofício - URGENTE

*Radiografia de punho distal e
 Joelho esquerdo em AP e Perfil*

Just: Trauma

*Amplitude de movimento
 reduzida p/ dor*

09.05.18

Dra. Mariana Carneiro
CRM 18.689

OPERAÇÃO: ITALO em 22/05/2018 às 14:28:29
EMPREENHIMENTO: 2018/6

US: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROF. SOL.: 463492 - PADRAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
CENTRAL DE MARCAÇÃO E REGULAÇÃO - CMR
COMPROVANTE DE AGENDAMENTO / AUTORIZAÇÃO (NORMAL)

DADOS DO USUÁRIO

Cartão SUS: 700003272481707
ID: 4/5555 Pronto:
Usuário: JOSE NEVES DA COSTA
Data nasc.: 29/09/1967 Idade: 50 SEXO: M
Nome mãe: MARIA NEVES DA COSTA
Nome Pai:
End: ANTÔNIO LOBO DE MENEZES, 104 CEP: 63033160
Bairro: JOSÉ GERALDO DA CRUZ
Telefone(s): / 88996177557 Fax:

AUTORIZAÇÃO / AGENDAMENTO

Data Marcada: Sexta-feira, 08 de Junho de 2018
Hora: 13:00:00
AUT: 2018052201012 CONTROLE: 1931642
USP: RADIOCLINICA CARIKI (CELULAR 988470114)
End: JANAÍRIA FEITOSA, 55
Bairro: NOVO JUAZEIRO
Contato: Telefone(s): 883571/414 / Fax:
Prof. R: 463127 - LAMARCK NICODEMOS SANTANA
Esp.: MEDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMA

DATA MARCADA OUTRE

08/06/2018 1 0204040124 - RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)

OBS.: Não informado
OBS.(Sistema): NO DIA DO ATENDIMENTO LEVE CONSIGO UMA FOTOCOPIA DA IDENTIDADE, CARTÃO DO SUS E COMPROVANTE DE RESIDE

LAUDO MÉDICO

Paciente JOSÉ NEVES DA COSTA , 51 anos vítima de acidente motociclistico sofreu traumatismo crânio encefálico há 12 meses com hematoma subdural agudo em região fronto parietal direita com contusão hemorrágica , lesão no membro superior direito com tendinite do supra espinhal , sendo submetido a tratamento conservador . Realizou tratamento fisioterápico para membro superior direito. Apresenta no momento episódios de amnésia , tontura , cefaleia , dificuldade de movimentos do membro superior direito com limitações dos movimentos do manguito rotador e diminuição da força . Por tanto, apresenta déficit cognitivo leve e limitação funcional leve do membro superior direito apresentando incapacidade para realizar atividades laborais no momento.

CID F 06.7 ; M 75.1

JUAZEIRO DO NORTE-CE 20/11/2018

DR. ROSENBERG FREITAS
CRM - CE 10.670
CLÍNICA MÉDICA

Dr Rosenberg Freitas

CRM-CE 10670

**Prefeitura Municipal De Juazeiro Do Norte**

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

SUS/CE

JUAZEIRO DO NORTE - CE

RECEITUÁRIO*M Jose Neves Costa**Sefuato - URGENTE**Eletroneuromiografia de Membro
superior direito**Just: Síndrome do Torno do Corpo?**CID : G56*

Drª Mariana Carriol
09/05/18

RECEITUÁRIO

Nº 1678

NOME

Joní Neves da Costa

		Estérico	Cilíndrico	Eixo	DP
Longe	OD	+5,50	-1,50	20	OD / OE
	OE	+5,00	-1,75	170	
Perto	OD				Altura
	OE		+2,50		

MÉDICO

STARILUX LIBERTY TRANSITIONS

Assinado digitalmente por THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 31/07/2019 às 12:37, sob o número 00103595820198060112. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010359-58.2019.8.06.0112 e código 4DC9AD0.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **José Neves da Costa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos etc.

Preliminarmente, defiro o benefício da justiça gratuita à parte autora, eis que presentes os requisitos dos arts. 98 e 99 do CPC.

Em observância ao art. 334 do CPC, **determino a realização de audiência de conciliação, a ser conduzida pelo CEJUSC**, devendo a **Secretaria da Vara providenciar a marcação da audiência**, atentando-se que a audiência deve ser marcada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Intimem-se as partes da audiência de conciliação, com a advertência do art. 334, §§ 8º, 9º e 10 do CPC.

§ 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

§ 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

§ 10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

Cite-se o promovido, por carta com AR, para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 335 do CPC, podendo o réu alegar na peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com o que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (336, CPC), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, nos termos do art. 341 do CPC, advertindo, ainda, o réu de que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA** (art. 344 do CPC).

Considerando os preceitos legais consignados nos arts. 139, VI; 370 e 375, todos do CPC, e atento ao que ordinariamente ocorre nos processos que tratam de indenização de seguro DPVAT, nos quais o réu, costumeiramente, não transige sem que haja prova pericial, entendo a mesma como essencial para que seja solucionada a causa, motivo pelo qual, com amparo no princípio da isonomia processual, segundo o qual compete ao Juiz assegurar a paridade de tratamento e de condições entre as partes, atribuo o ônus da prova pericial a ser realizada à parte promovida, reconhecendo a impossibilidade de a parte autora arcar com o ônus da perícia, com fulcro no art. 381, II do CPC.

Portanto, no mesmo ato, fica a seguradora promovida intimada para, caso não haja acordo ou não reconheça a procedência do pedido na audiência, efetuar o depósito dos honorários no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para a perícia no prazo de até 15 (quinze) dias após referida audiência, eis que de logo deferida a prova técnica, resguardado o direito ao ressarcimento em caso de improcedência da demanda, advertindo-se a ré da possibilidade de bloqueio judicial on-line para pagamento da perícia no caso de descumprimento do depósito voluntário.

Em havendo contestação, com o depósito ou bloqueio prévio do valor dos honorários proceda-se o agendamento da perícia, intimando-se as partes da data, encaminhando-se ao perito os quesitos apresentados pelas partes, e os seguintes quesitos do juiz, mediante o formulário de praxe:

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

2) Descrever o quadro clínico atual informando qual região corporal encontra-se acometida e as disfunções que sejam evolutivas do primeiro atendimento médico hospitalar.

3) Há indicação de algum tratamento, incluindo medidas de reabilitação? Informar quais.

4) O quadro clínico cursa com disfunções apenas temporárias ou dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)?

5) Faz-se necessário exame complementar?

6) Segundo previsto na Lei 11.945/09, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s), e ainda, segundo o previsto no instrumento legal, firmar sua graduação.

O perito será nomeado pelo juízo a posteriori, observando-se o disposto no art. 156 do CPC, conforme disponibilidade dos peritos cadastrados junto ao TJCE.

ADVIRTO, outrossim, a parte autora de que o comparecimento ao referido ato processual (perícia) no dia e horário designados é obrigatório, vez que sua presença se torna indispensável à realização da Perícia Médica, e que a sua ausência injustificada acarretará a **EXTINÇÃO** do feito por não promover os atos e diligências que lhe incumbir, bem como por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, tudo em conformidade com o art. 485, incisos III e IV, do CPC/2015.

Com a juntada do laudo pericial, intinem-se as partes para manifestação, ocasião em que a parte ré poderá formular proposta de acordo por escrito.

Havendo proposta de acordo, intime-se a parte autora para manifestação, caso já não esteja firmado por ambas as partes.

Concluída a perícia, fica de logo autorizada a expedição de ALVARÁ JUDICIAL para pagamento do perito.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte/CE, 31 de julho de 2019.

Renato Belo Vianna Velloso

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o n° do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **José Neves da Costa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, para os devidos fins, que retifiquei o endereço do requerido e após, analisei a decisão de fls. 39/40, e em seu cumprimento, enviei os autos para a fila de Ag. Análise do Gabinete para fins de remessa ao CEJUSC para designação de Audiência. O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 16 de setembro de 2019.

ANA MARIA GOMES DE MACEDO

Auxiliar Judiciário

Servidor SEJUD

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
Requerente: **José Neves da Costa**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que encaminhei os autos ao CEJUSC a fim de que seja designada audiência de conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 14 de janeiro de 2020.

Emanuela Lima Moraes
Supervisor de Unid Judiciária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

CEJUSC - Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Jardim Gonzaga - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-5353, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeironorte.cejusc@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **José Neves da Costa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo **Audiência de Conciliação** para o **dia 30/MARÇO/2020, às 10:00 horas**, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-**CEJUSC/JN**, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários.

Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020.

Luiz Lodonio dos Santos Silva
Técnico Judiciário

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **José Neves da Costa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **30/03/2020 às 10:00h** na sala da **Sala CEJUSC 1**, no Centro Judiciário CEJUSC.

Decisão: "Conciliação

Data: 30/03/2020 Hora 10:00

Local: Sala CEJUSC 1

Situação: Agendada no CEJUSC"

Juazeiro do Norte/CE, 03 de fevereiro de 2020.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.brJuazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0010359-58.2019.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **José Neves da Costa**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Renato Belo Vianna Velloso**, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da comarca Juazeiro do Norte/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais, sendo parte integrante desta carta, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à **audiência de conciliação** marcada para o dia **30/03/2020 às 10:00h**, na **sala de audiências CEJUSC 1**, Centro Judiciário, no endereço acima indicado, Fórum Local, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 dias**, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Adverta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

OBSERVAÇÃO:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 03 de fevereiro de 2020.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unidade Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
 Rua da Assembleia, 100, 16º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20011-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0030/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0010359-58.2019.8.06.0112 Classe:Procedimento Comum Assunto:Seguro Requerente:José Neves da Costa Requerido:Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo Audiência de Conciliação para o dia 30/MARÇO/2020, às 10:00 horas, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020. Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 7 de fevereiro de 2020.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0030/2020, foi disponibilizado na página 724-738 do Diário da Justiça Eletrônico em 08/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0010359-58.2019.8.06.0112 Classe:Procedimento Comum Assunto:Seguro Requerente:José Neves da Costa Requerido:Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo Audiência de Conciliação para o dia 30/MARÇO/2020, às 10:00 horas, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020. Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 14 de fevereiro de 2020.

Diretor(a) de Secretaria